

COMANDO DA 1 DIVISAO DE EXERCITO/RJ

Termo de Referência 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2026	160297-COMANDO DA 1 DIVISAO DE EXERCITO /RJ	CARLOS HENRIQUE RODRIGUES BARROS	03/07/2026 10:21 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	42/2026	64277.002389/2026-16

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Eventual contratação de instalação e manutenção com o fornecimento de equipamentos de sonorização, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01 – MANUTENÇÃO E CONserto de Equipamentos de Audiovisuais do CCOP, Sala de Guerra e Auditorios.						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD MIN	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO
01	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM LIMPEZA DOS CONTATOS E CIRCUITOS INTERNOS DOS SEGUINTEs EQUIPAMENTOS DE SOM: MESA DE ÁUDIO YAMAHA MG16X.	13757	SV	01	12	3.033,33
02	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM LIMPEZA DOS CONTATOS E CIRCUITOS INTERNOS DOS SEGUINTEs EQUIPAMENTOS DE SOM: AMPLIFICADORES NCA, MODELO DX4800,	13757	SV	01	12	2.375,00
03	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM LIMPEZA DOS CONTATOS E CIRCUITOS INTERNOS, BOBINA, ALTO FALANTES, DOS SEGUINTEs EQUIPAMENTOS DE SOM: CAIXA ACÚSTICA FLATLINE, MODELO CS400	13757	SV	01	26	496,66

04	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM LIMPEZA DOS CONTATOS E CIRCUITOS INTERNOS DOS SEGUINTE EQUIPAMENTOS DE SOM: MICROFONES SEM FIO SHURE	13757	SV	01	15	2.761,66
05	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM LIMPEZA DOS CONTATOS E CIRCUITOS INTERNOS DOS EQUIPAMENTOS DE TV: SAMSUNG MONITOR, 55VMB-U VIDEO WALL 55IN	13757	SV	01	16	4.550,00
06	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM TROCA DO CONTROLE E BOTOEIRA DA 187 POLEGADAS, MARCA NARDELLI.	13757	SV	01	13	1.350,00
07	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM LIMPEZA TROCA DO MOTOR DA TELA DE 187 POLEGADAS, MARCA NARDELLI	13757	SV	01	13	3.581,66
08	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM LIMPEZA DOS TECIDOS MATTE WHITE DA TELA DE 187 POLEGADAS, MARCA NARDELLI.	13757	SV	01	13	1.416,66
09	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA C/LIMPEZA DO SISTEMA ÓTICO, PROJETO EPSON MOD: E20'	13757	SV	01	22	550,00
10	SERVIÇO DE TROCA DA LÂMPADA DO PROJETO EPSON MODELO E20	13757	SV	01	22	1.220,00
11	SERVIÇO DE TROCA DO BALASTE DA LÂMPADA DO PROJETO EPSON POWERLITE MODELO E20	13757	SV	01	12	1.966,66
12	SERVIÇO DE TROCA DA PLACA MÃE BOARD DO PROJETO EPSON POWERLITE MODELO E20	13757	SV	01	12	3.616,66
13	SERVIÇO DE TROCA DO MOTOR ÓTICO DO PROJETO EPSON POWERLITE MODELO E20	13757	SV	01	12	3.500,00
14	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE SONORIZAÇÃO DE SOM AMBIENTE COM LANÇAMENTO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: 100 METROS-CABO BLINDADO FLEXÍVEL DE 3X2,5MM2, 1KVA, (100% COBRE), MARCA ULTRAFLEX, FABRICANTE BLUCABOS, MODELO 3 X 2,5M2	13757	SV	01	30	1.563,33
15	SERVIÇO DE CONERTO DE PROJETO MULTIMIDIA DA MARCA BENQ, MODELOS MX666 / MW536, REPARO NA FONTE PRINCIPAL E MANUTENÇÃO GERAL.	13757	SV	01	12	2.710,00

GRUPO 02 – SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE PROJETORES NAS SALAS DE INSTRUÇÕES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD MIN	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO
16	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) SISTEMA DE PROJEÇÃO, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: SISTEMA DE PROJEÇÃO DLP OU LCD, BRILHO MÍNIMO DE 6.000 ANSI-LUMENS, TAXA DE CONTRASTE: 3.000.000:1, PROPORÇÃO DA TELA NATIVO 16:10 (5 PROPORÇÕES SELECIONÁVEIS), FONTE DE LUZ: LASER, VIDA DA FONTE DE LUZ: 20.000 HORAS(NORMAL), RESOLUÇÃO NATIVA: 1920 X 1200 PIXELS, ÁUDIO ALTO-FALANTE EMBUTIDO: 10W X2, BARRA DE SEGURANÇA, DIGITAL SHRINK AND SHIFT, 360 PROJECTION, LUMI EXPERT, LAN CONTROL(AMX/PJ LINK/CRESTRON), CONECTIVIDADE : PORTA DE E/S, HDMI(1.4A) X2, PC (D-SUB 15 PINOS) X1, SAÍDA DO MONITOR (D-SUB 15 PINOS, FÊMEA) X 1, ENTRADA DE ÁUDIO (MINI JACK) X 1, SAÍDA DE ÁUDIO (MINITOMADA) X1, ENTRADA RS232 (D-SUB 9 PINOS, MACHO) X1, PORTA LAN (RJ45 PARA REDE) X 1, USB TIPO A(5V,1.5A, SERVIÇO) X1, VÍDEO COMPONENTE EM X1, VÍDEO COMPOSTO EM (RCA) X1, ENTRADA DE ÁUDIO:RCA L /R X1, RECEPTOR IR (FRENTE/SUPERIOR) X2, GATILHO DE 12V X1, RANHURA DE BLOQUEIO ANTI-ROUBO KENSINGTON X1, FREQUÊNCIA HORIZONTAL: 15~102KHZ, TAXA DE VARREDURA VERTICAL: 23~120HZ, THROW RATIO: 1.36-2.18, LENS SHFIT, V:±60 %; H:±23%, ZOOM RATIO: 1.6X, 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES COMPLETO E EM PORTUGUÊS, GARANTIA DE 03 ANOS,	13757	UN	01	06	35.967,00
17	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) PROJETO MULTIMÍDIA, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: PROJETO MULTIMIDIA COM SISTEMA DLP OU LCD, RESOLUÇÃO REAL: 1280X800PIXELS,BRILHO MINIMO DE 4.000 ANSI-LUMENS, RELAÇÃO DE CONTRASTE: 3.000.000:1, COR DE EXIBIÇÃO:30BITS/1.07BILLION COLORS, PROPORÇÃO NATIVA: 16:10, TAXA DE PROJEÇÃO: 1,21~1.57, TAXA DE ZOOM: 1.3X, COMPENSAÇÃO DA PROJEÇÃO(ALTURA TOTAL): 102.5%, 2D,(AUTO) VERTICAL ± 30GRAUS; HORIZONTAL ± 30GRAUS; TECNOLOGIA LASER, ALTO-FALANTE: 10W, PESO MAXIMO: 2,9KG, GARANTIA DE 03 ANOS,	13757	UN	01	06	14.533,00
18	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) PROJETO MULTIMÍDIA NO TETO COM DISTÂNCIA DA ESTAÇÃO DE TRABALHO DE 10 METROS, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: 01 UNIDADE–CABO HDMI VERSÃO HDMI 2.0, FIBRA ÓPTICA, 10 MTS, RESOLUÇÃO: 4K (3840X 2160 PX), LARGURA DA BANDA: ATÉ 18.2 GBPS, CONEXÕES: HDMI MACHO X MACHO, CONECTORES BANHADOS À OURO, DIÂMETRO: 4.8MM, 01 UNIDADE – SUPORTE DE PROJETO DE MONTAGEM: TETO E PAREDE, SUPORTA PESO MÁXIMO (CAPACIDADE): 25KG, 01 UNIDADE – CABO DE ENERGIA DE 2X2,5MM2 COM DIÂMETRO DO CONDUTOR 2,0, DIÂMETRO EXTERNO 8,8. ESPESSURA DA ISOLAÇÃO 0,8/ESPESSURA DA COBERTURA 1,0 DE 10METROS, 01 UNIDADE – DISTRIBUIDOR DE HDMI DE 1X2SAIDAS, VERSÃO 2.0, VERSÃO: HDCP2.2, RESOLUÇÃO ATÉ 3840X2160/60HZ 01 UNIDADE – FILTRO DE LINHA COM LED INDICADOR DE VOLTAGEM E 8 TOMADAS, POTÊNCIA DE 1500W,,	13757	SV	01	10	2.623,33
	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DO PROJETO MULTIMIDIA ACIMA COM DISTÂNCIA DA ESTAÇÃO DE TRABALHO DE 15 METROS COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: 01 UNIDADE – SUPORTE UNIVERSAL DE TETO PARA PROJETO MULTIMÍDIA COM ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, BASE GIRATÓRIA DE 360°, ÂNGULO DE INCLINAÇÃO DE 90°, SUPORTA PROJETORES DE ATÉ 25KG, RAIOS DE FIXAÇÃO					

19	PARA PROJETO VARIÁVEL DE 7,5CM A 40CM, ALTURA DE 23CM.(REGULÁVEL ATÉ 220CM COM ACESSÓRIOS INCLUSO), PASSA CABOS INTERNO, ACABAMENTO COM PINTURA EPÓXI NA COR BRANCA / PRETA E DETALHES CROMADOS, 01 UNIDADE – CABO HDMI COM VERSÃO 2.0, FIBRA ÓPTICA DE 15 METROS, RESOLUÇÃO: 4K ULTRA HD (2160P), TAXA DE ATUALIZAÇÃO: 60HZ, TRANSMISSÃO DE ÁUDIO: SUPORTE PARA ÁUDIO DE ALTA QUALIDADE CONECTORES: BANHADOS A OURO, 01 UNIDADE – CABO DE ENERGIA DE 2X2,5MM2 COM DIÂMETRO DO CONDUTOR 2,0, DIÂMETRO EXTERNO 8,8. ESPESSURA DA ISOLAÇÃO 0,8/ESPESSURA DA COBERTURA 1,0 DE 15METROS, 01 UNIDADE – DISTRIBUIDOR DE HDMI DE 1X2SAIDAS, VERSÃO 2.0, VERSÃO: HDCP2.2, RESOLUÇÃO ATÉ 3840X2160/60HZ 01 UNIDADE – FILTRO DE LINHA COM LED INDICADOR DE VOLTAGEM E 8 TOMADAS, POTÊNCIA DE 1500W,	13757	SV	01	18	3.100,00
20	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) PROJETO MULTIMÍDIA NO TETO COM DISTÂNCIA DA ESTAÇÃO DE TRABALHO DE 20 METROS, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: 01UNIDADE – CABO HDMI VERSÃO 2.0, FIBRA ÓPTICA DE 20 METROS, RESOLUÇÃO: 4K (3840 X 2160PX), LARGURA DA BANDA:ATÉ 18.2GBPS, CONEXÕES: HDMI MACHOXMACHO,CONECTORES: BANHADOS À OURO, DIÂMETRO: 4.8MM, PVC, 01 UNIDADE – SUPORTE UNIVERSAL DE TETO PARA PROJETO MULTIMÍDIA COM ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, BASE GIRATÓRIA DE 360°, ÂNGULO DE INCLINAÇÃO DE 90°, SUPORTA PROJETORES DE ATÉ 25KG, RAO DE FIXAÇÃO PARA PROJETO VARIÁVEL DE 7,5CM A 40CM, ALTURA DE 23CM. (REGULÁVEL ATÉ 200CM COM ACESSÓRIOS), PASSA CABOS INTERNO, ACABAMENTO COM PINTURA EPÓXI NA COR BRANCA/PRETA E DETALHES CROMADOS, FÁCIL INSTALAÇÃO, 01 UNIDADE – CABO DE ENERGIA DE 2X2,5MM2 COM DIÂMETRO DO CONDUTOR 2,0, DIÂMETRO EXTERNO 8,8. ESPESSURA DA ISOLAÇÃO 0,8/ESPESSURA DA COBERTURA 1,0 DE 20METROS, 01 UNIDADE – DISTRIBUIDOR DE HDMI DE 1X4SAIDAS, VERSÃO 2.0, VERSÃO: HDCP2.2, RESOLUÇÃO ATÉ 3840X2160/60HZ 01 UNIDADE – FILTRO DE LINHA COM LED INDICADOR DE VOLTAGEM E 8 TOMADAS, POTENCIA DE 1500W, ,	13757	SV	01	13	3.633,33

GRUPO 03 – SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE SOM AMBIENTE						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD MIN	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO
21	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) AMPLIFICADOR DE SOM, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: AMPLIFICADOR DE SOM, POTÊNCIA TOTAL(RMS) 100W @ 0,4OHMS, EQUALIZAÇÃO: GRAVES, MÉDIOS E AGUDOS, ENTRADAS: 01 P10 MICROFONE, 02 AUXILIAR RCA COM CHAVE SELECT, CONTROLE DE VOLUME INDEPENDENTES PARA MICROFONE, GONGO E	13757	UND	01	10	1.258,33

	ENTRADAS AUXILIARES, MÓDULO MEDIA PLAYER, SAÍDA: 01 LINE OUT RCA, ANTENA FM (FIO), RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 10HZ–20KHZ, DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL:<0,01% @ 100MV @1KHZ, CONSUMO: 140W, ALIMENTAÇÃO: 127/ 220V, PESO MAXIMO (KG): 2.8,					
22	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) CAIXA ACUSTICA, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: “CAIXA ACUSTICA COM WOOFER DE 6,5”, IMPEDÂNCIA: 8 OHMS, POTÊNCIA EM WATTS: 40W, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 80HZ–20KHZ, DIAMETRO DO FURO: 193MM, PESO: 0,572KG,	13757	PAR	01	20	641,66
23	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) FILTRO DE LINHA, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: FILTRO DE LINHA COM LED INDICADOR DE VOLTAGEM E 8 TOMADAS, POTÊNCIA DE 1500W,	13757	UND	01	10	471,66
24	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) CABO FLEXÍVEL, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: CABO FLEXÍVEL PP DE 2X1,5MM2, POTÊNCIA MAXIMA EM 110V É 1.815W, 220V É 3.630W, TENSÃO ELETRICA DE 750V, NORMA TECNICA NBR 13249, DE 100METROS,	13757	UND	01	10	908,33
25	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) AMPLIFICADOR DE SOM, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: AMPLIFICADOR DE SOM, POTÊNCIA TOTAL DE 180 W / 90W @ 40HMS POR CANAL, CONTROLE DE VOLUME MASTER, ENTRADAS: MIC: 01 P10, AUXILIAR 1: 02 RCA, AUXILIAR 2: 02 RCA, CHAVE SELECT: SELECIONA ENTRE AUX 1 E AUX 2, USB: 01, MICRO SD CARD: 01, OPTICAL: 01, REMOTE: 01 P10, SAÍDAS: LINE OUT V: 2RCA, OUTPUT: BORNES, SAÍDA AMPLIFICADA DOS CANAIS L/R, CONTROLE DE VOLUME INDEPENDENTES PARA MICROFONE, GONGO E ENTRADAS AUXILIARES, ANTENA BT: EM AMBIENTE ABERTO, PERMITE CONEXÃO COM DISTÂNCIA DE ATÉ 30 METROS, CONEXÃO VIA SISTEMA COMPATÍVEL COM BLUETOOTH, ANTENA FM, MÓDULO MEDIA PLAYER, EQUALIZAÇÃO: GRAVES E AGUDOS INDEPENDENTES PARA MASTER L/R, FAIXA DE FREQUÊNCIA: 87.5MHZ – 108MHZ, SENSIBILIDADE: 7DBU, GRAU DE SEPARAÇÃO 10.7MHZ, RELAÇÃO SINAL RUÍDO: (MMC) OF SD&USB / 35DB 1KHZ(MP3), GRAU DE SEPARAÇÃO: >35DB, PROTEÇÃO: FUSÍVEL 1.5 AMPÊRES, CONSUMO TOTAL:260W, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 10HZ A 20KHZ,IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: RCA L E R 5K OHMS, 10HZ A 10KHZ, ALIMENTAÇÃO VAC: 127/220V, PESO MAXIMO(KG) 2,6, COM INSTALAÇÃO,	13757	UND	01	08	1.615,00
	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) CAIXA ACUSTICA, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS:					

26	“CAIXA ACUSTICA COM WOOFERS 6.5”, CONE INJETADO EM PP, BORDA DE BORRACHA TERMO PLÁSTICA INJETADA (TPR), BOBINA MÓVEL, 26MM (1”) ALUMÍNIO E IMÃ FERRITE 81X12MM; TWEETER DIAFRAGMA 25MM SEDA (SILK), IMÃ FERRITE 32X5MM, BOBINA MÓVEL 13MM (1/2”) ALUMÍNIO E PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA; DIVISOR 2VIAS, 12DBVOITAVA; IMPEDÂNCIA(OHMS) COMPATÍVEL C/ 8OHMS; SPL (DB/W /M) 89; RESPOSTA DE FREQUÊNCIA(HZ) 60-20KHZ; POTÊNCIA MÁXIMA 120; POTÊNCIA WRMS 60; PESO(G) 1490,	13757	UND	01	11	680,00
----	---	-------	-----	----	----	--------

GRUPO 04 – SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD MIN	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO
27	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) AMPLIFICADOR, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: AMPLIFICADORES CLASSE AB, POTÊNCIA TOTAL (MUSICAIS): 4X100W @ 2 OHMS, POTÊNCIA TOTAL(RMS): 4X 50W @ 2 OHMS, GONGO COM VOLUME INDEPENDENTE E ACIONAMENTO REMOTO, CONTROLE REMOTO GRANDE E DISPLAY GRANDE, MEDIA PLAYER COM LIGA E DESLIGA REMOTO STAND BY, RÁDIO FM, AUX E CONEXÃO BT 5.0, ENTRADAS: 01 X MIC –MICROFONE COM CONECTOR COMBO P10 E XLR, EQUALIZADOR DE 2 VIAS (GRAVES E AGUDOS), MIC PRIORITY E VOLUME INDEPENDENTE, 01 X AUX- ENTRADAS AUXILIAR COM CONECTOR RCA, 01 X USB - ENTRADA PARA PENDRIVE, 01 X DIGITAL - ÓTICA E COAXIAL (TV, HOME THEATER E SOUND BAR), SAÍDAS: 01 X AUX - SAÍDA AUXILIAR COM CONECTOR RCA, 04 X AUX - SAÍDAS AUXILIARES VARIÁVEIS COM CONECTORES RCA, 01X ANTENA - FM (FIO), 01X ANTENA – BT, 04X AMPLIFICADAS – SAÍDAS COM CONECTORES EDGR DUPLOS(CANAL 1,2,3 E 4),E VOLUMES INDEPENDENTES, 01X REMOTE– CONECTOR DO TIPO P2 PARA ACIONAMENTO DO GONGO, 04 X LEDS OVER – PROTEÇÃO CURTO POR CANAL, 01 X LED STAND BY– LIGA DESLIGA PELO CONTROLE REMOTO, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA POR CANAL: 15HZ - 20KHZ, DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL POR CANAL: < 0,1% @ 100MV @ 1KHZ, CONSUMO: 280W, ALIMENTAÇÃO: 127/220V COM CHAVE SELETORA, PESO LÍQUIDO (KG): 4,700, COM INSTALAÇÃO,	13757	UND	01	11	3.636,33
28	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) CAIXA ACUSTICA, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: CAIXA ACUSTICA COM CONEXÃO BLUETOOTH VERSÃO 5.0,TWS –WOOFER: 15” /40HMS, DRIVER: TITÂNIO 1” (25MM) / 8OHM, AMPLIFICAÇÃO: CLASSE AB, POTÊNCIA RMS: 300W, POTÊNCIA MÁXIMA TOTAL: 750W, SPL MÁX.: 124DB, SENSIBILIDADE: 98 DB (1W@1M), RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 45 HZ – 20 KHZ, ÂNGULO DE DISPERSÃO (HXV): 90° X 60°, EQUALIZAÇÃO: DSP COM 4 MODOS (MUSIC, DJ, LIVE, SPEECH), EFEITOS: ECHO, REVERB, SHUNNING, ENTRADAS: MICROFONE (COMBO XLR + P10 TRS 1/4”) COM VOLUME INDEPENDENTE / LINHA (COMBO XLR + P10 TRS 1/4" + RCA ESTÉREO) COM VOLUME INDEPENDENTE, SAÍDA: LINHA XLR, CONEXÕES: USB/ TWS / FM / CONTROLE: VOLUME MASTER E CONTROLE REMOTO, FONTE: CHAVEADA COM SELEÇÃO 127– 220 VAC, CANOPLA: 35MM PARA PEDESTAL, GABINETE: INJETADO COM ALÇAS E RODAS PARA TRANSPORTE, PESO MAXIMO: 16 KG,	13757	UND	01	13	4.060,00
	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) MESA DE SOM, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS:					

29	MESA DE SOM DE 16 CANAIS, ENTRADAS: 8MIC/LINE(MONO) E 2MIC/LINE(MONO /ESTÉREO), EQUALIZAÇÃO : ALTA: +15DB/-15DB-10KHZ, MÉDIA: +15DB/-15DB: MONO 250HZ-5KHZ, ESTÉREO 2.5KHZ(PEAKING), BAIXA: +15DB/-15DB-100HZ, EFEITOS: SPX, 24PROGRAMAS, SAÍDA: 2 ESTÉREO, MONITOR, FONE DE OUVIDO, 4 AUX E 4GROUP, PESO:6,8KG, FONTE: BIVOLT 100/240V AC (FONTE INTERNA), ENTRADA USB: USB 2.0(B MACHO), PHANTOM POWER: +48V, BUS: 1X ESTÉREO, 4X GROUP E 4X AUX(INCLUINDO EFEITOS), PAD:26DB (MONO), HPF: 80HZ, 12DB /OITAVA(MONO/ESTÉREO MIC), COMP:1-KNOB COMPRESSOR (GAIN/THRESHOLD / RATIO), THRESHOLD: +22DBU A -8DBU, RATIO: 1:1-4:1,OUTPUT LEVEL: 0DB-7DB, ATTACK TIME: APROXIMADAMENTE 25MS, RELEASE TIME: APROXIMADAMENTE 300MS, PEAK LED: ACENDE AO ATINGIR 3DB, LEVEL METER: 2X12, SEGMENT LED METER [PEAK +10/+6/+3/0/-3/-6/-10/-15/-20/-25/-30DB], DISTORÇÃO HARMÔNICA: 0.03% @ +14DBU(20HZ A 20KHZ), GAIN KNOB: MIN, 0.005% @ +24DBU(1KHZ), GAIN KNOB: MIN, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: +0.5DB/-1.5DB (20HZ A 48KHZ), REFERENTE AO NÍVEL DE SAÍDA NOMINAL @ 1KHZ, GAIN KNOB: MIN, RUÍDO DE ENTRADA EQUIVALENTE: -128DBU (MONO INPUT CHANNEL, RS: 150OHMS, GAIN KNOB: MAX), RUÍDO DE SAÍDA RESIDUAL: -102DBU (SAÍDA ESTÉREO, ESTÉREO MASTER FADER: MIN), CROSSTALK: -78DB, CONSUMO DE ENERGIA: 30W, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C A 40°C, COM INSTALAÇÃO,	13757	UND	01	07	6.280,00
30	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) MICROFONE SEM FIO DE LAPELA, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: MICROFONE SEM FIO DE LAPELA, SISTEMAS SIMULTÂNEOS POR BANDA: ATÉ 12, ANALÓGICO / DIGITAL: ANALÓGICO, FAIXA DE FREQUÊNCIA: 542-572MHZ, OPERAÇÃO: 300PÉS. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 50HZ – 15KHZ, SELEÇÃO DE CANAL:AUTO, CONDENSADOR DE ELETRETO, PADRÃO POLAR:CARDIOIDE, SPL MÁXIMO: 139DB SPL, CONECTOR: 1X TA4F, PRETO, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA : 60HZ-12KHZ, TRANSMISSOR: FATOR DE FORMA: BODYPACK, FAIXA DINÂMICA: 100DB (PONDERADO A), TIPO DE BATERIA: 2 X AA, VIDA ÚTIL DA BATERIA: ATÉ 14 HORAS, CONECTOR: 1X TA4M, TIPO DE ANTENA:FIXO, TIPO: TAMPO DA MESA, VISOR DO PAINEL FRONTAL, EXIBIR LCD, CARTA DE HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL,	13757	UND	01	08	5.116,66
31	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) MICROFONE SEM FIO, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: MICROFONE SEM FIO COM 10CANALIS COMPATIVEL EM BANDA UHF, TIPO: LAPELA, RESPOSTA FREQUÊNCIA: 50 TO 16,000HZ (-3DB), FREQUÊNCIA: 8 BANCOS DE FREQUÊNCIA, CADA UM COM ATÉ 10 CANAIS PRÉ-CONFIGURADOS DE FÁBRICA, SENSIBILIDADE: <3V AT 52DB (A)RMS S/N, VOLTAGEM: 12VDC NOM. /300MA, PESO:TRANSMISSOR: APPROX.95G, RECEPTOR: APROX. 340G, FAIXA DE FREQUÊNCIA: A: 548-572MHZ, GB: 606-630MHZ, B: 614-638MHZ, C: 766-790MHZ, D: 794-806MHZ, E: 821-832MHZ, 863-865MHZ, K 925-937.5 MHZ, MODULAÇÃO: WIDEBAND FM, BANDA DE FREQUÊNCIA SELECIONÁVEL: UP TO 24MHZ, FORÇA DE SAÍDA RF: 10MW, RELAÇÃO SINAL-RUÍDO: 103DBA, PADRÃO DE CAPTAÇÃO: OMNI-DIRECTIONAL, THD, DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL:0.9%, GARANTIA: 24 MESES,	13757	UND	01	10	4.167,66
32	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) MICROFONE SEM FIO DE MÃO, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: MICROFONE SEM FIO DE MÃO COM THD, DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL MENOR QUE 0,9%, PADRÃO DE PICK-UP CARDIÓIDE, RELAÇÃO SINAL-RUÍDO MENOR QUE 103DBA, POTÊNCIA DE SAÍDA RF 10MW, MUDANÇA DE LARGURA DE BANDA ATÉ 24MHZ, TEMPO OPERACIONAL DE 10 HORAS, MODULAÇÃO BANDA LARGA FREQUENCIA MODULAR,VOLTAGEM DE SAÍDA SOQUETE JACK DE 1/4"(6,3 MM) (NÃO BALANCEADO): +6DBU, SOQUETE XLR (BALANCEADO): +12DBU, HABITÁCULO INVÓLUCRO ABS ROBUSTO, GAMA DINÂMICA, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA AF RECEPTOR: 50 A 16.000 HZ(-3DB) FREQUÊNCIA 8 BANCOS DE FREQUÊNCIA, CADA UM COM ATÉ 10 CANAIS PREDEFINIDOS DE FÁBRICA, FREQUÊNCIA A: 548-572MHZ, SENSIBILIDADE MENOR QUE 3 MILIVOLTS A 52DB(A) RMS S/N,SQUELCH AJUSTÁVEL DE 3DB A 28DB (COMBINADO TOM PILOTO)	13757	UND	01	10	4.433,33

	SINCRONIZAÇÃO 2,4GHZ, OQPSK DE BAIXA POTÊNCIA(ATIVO APENAS DURANTE A SINCRONIZAÇÃO) SENSIBILIDADE DE ENTRADA 1,5 MV/PA TRANSMISSOR DE FAIXA DE AJUSTE 0 A -30DB, AJUSTÁVEL EM PASSOS DE 10DB, FAIXA DE AJUSTE DE ÁUDIO 45 DB, AJUSTÁVEL EM PASSOS DE 5 DB, NÍVEL DE LINHA, MICROFONE 20DB, FAIXA DE TEMPERATURA OPERAÇÃO: 0°C-+40°C, ARMAZENAMENTO: -20°C - +70°C, PRINCÍPIO DO RECEPTOR SUPER-HETERÓDINO DUPLO, PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE DE COMUTACÃO DE ANTENA POR MEIO DE ANTENAS INTERNAS, PESO DO MICROFONE APROXIMADAMENTE. 245G,					
33	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) MICROFONE, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: MICROFONE PROFISSIONAL PHANTOM POWER* E SISTEMA ME DÁ VOZ, MICROFONE COM HASTE FLEXÍVEL COM CÁPSULA DE ELETRETO SAÍDA XLR, LED DE COR AZUL CLARO PRÓXIMO À CÁPSULA, QUE ACENDE QUANDO O MICROFONE ACIONADO E CHAMA A ATENÇÃO DO OPERADOR PARA O MESMO ACIONAR O CANAL RESPECTIVO, BASE COM PAINEL EM ACRÍLICO COM BOTÃO POWER, PADRÃO POLAR: SUPER CARDIOIDE, CÁPSULA: CONDENSADOR DE ELETRETO, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 50-16.000HZ, SENSIBILIDADE:-47DB 3DB (ODB = 1V/PA EM 1KHZ), IMPEDÂNCIA DE SAÍDA: 1600 20% (1KHZ), SLP: 105DB (F= 1 KHZ, THD <5%), REQUISITOS DE ALIMENTAÇÃO: 9-48V DC PHANTOM POWER, 2 PILHAS AAA 1,5V E DC 9V, COMPRIMENTO DA HASTE: 45 CENTIMETROS, CONTEÚDO DO KIT QUE ACOMPANHA O MICROFONE, PROTETOR DE CÁPSULA, DUAS PILHAS AAA, CABO XLR(8 METROS), CABO XLR/P10 (30CM), FONTE DE ALIMENTAÇÃO,	13757	UND	01	11	1.090,00
34	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) MICROFONE COM FIO, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: MICROFONE COM FIO, IMPEDÂNCIA: BAIXA 250 OHMS, ALTA 5KOHMS, RESPOSTA FREQUÊNCIA: 50HZ A 15KHZ, SENSIBILIDADE: SENSIBILIDADE A 1KHZ, BAIXA: -56 DB, ALTA: -46DB (0DB=1V/PA) DIAGRAMA POLAR UNIDIRECIONAL CARDIÓIDE, CORPO METÁLICO, PINTURA ELETROSTÁTICA, GLOBO EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, CÁPSULA DINÂMICA COM IMÃ DE NEODÍMIO, FILTRO POP MONTADO INTERNAMENTE NO GLOBO, CHAVE ON-OFF NO CORPO, CABO COAXIAL BLINDADO E BALANCEADO DE 5 METROS, CÁPSULA DINÂMICA, IMÃ DE NEODÍMIO; CONECTOR XLR 3 PINOS, SELEÇÃO INTERNA DE IMPEDÂNCIA; PESO 240G,	13757	UND	01	28	388,33
35	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) CABO PARA MICROFONE BALANCEADO, COM FORNECIMENTO DOS SEGUINTE MATERIAIS: CABO PARA MICROFONE BALANCEADO, LIGA DE COBRE OFHC (ISENTO DE OXIGÊNIO), BLINDAGEM TRANÇADA + FITA DE ALUMÍNIO, BITOLA 0,30MM² /22AWG, ESTÉREO, 100 METROS,	13757	UND	01	08	1.000,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contrato por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contado do recebimento da nota de empenho ou assinatura no termo de contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 8ª Edição - 2025**:

4.1.1. O produto ofertado deverá possuir certificação compulsória de segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares, em conformidade com os requisitos de avaliação da conformidade vigentes do INMETRO.

4.1.2. Em atendimento à **Portaria INMETRO nº 310/2021**, a potência sonora declarada dos equipamentos cuja função principal seja emitir som deve ser expressa obrigatoriamente em **Watts RMS**, sendo vedada qualquer especificação em potência PMPO ou outras métricas informativas divergentes.

4.1.3. Os produtos a serem utilizados nas execuções dos serviços deverão possuir, quando for o caso, a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, nos termos da Portaria INMETRO correspondente, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, uma vez que as marcas em questão constituem os equipamentos que esta unidade já possui, se tratando o Grupo 1 da manutenção destes itens já possuídos:

a) Yamaha (Mesa de Áudio);

b) NCA (Amplificadores);

c) Shure (Microfones sem fio);

d) Samsung (Monitores);

e) Nardelli (Motor da Tela, Tecido Matte White, Controle e Botoeira de 187 Polegadas);

f) Epson (Projetores);

g) Ultraflex (Cabeamento);

h) BenQ (Projetor Multimídia).

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Instalação de escritório

4.6. Não será necessário que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório no município da contratante.

Exigências de certificações e laudos

4.7. A exigência dos certificados constantes no Estudo Técnico Preliminar para os bens objeto da licitação tem como objetivo a Garantia de Qualidade e certifica que o fornecedor adota um sistema de gestão da qualidade eficiente, garantindo que os bens ofertados atendam aos requisitos técnicos, com processos padronizados e consistentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: (eventualmente quando for da necessidade da unidade, serão solicitados os serviços necessários) 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

- **5.2.1. COMANDO DA 1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO (CMDO 1ª DE)** - Av. Duque de Caxias, 1965 - Vila Militar, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21615-220 - E-mail: pregao1de@gmail.com;

OMDS vinculadas administrativamente à 1ª DE:

- **5.2.1.1. COMPANIA DE COMANDO DA 1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO (CIA C 1ª DE)** - 278, R. Maj. Padron, 2 - Vila Militar, Rio de Janeiro - RJ, 21615-160;
- **5.2.1.2. 11º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO (11º BPE)** - R. São Sebastião - Deodoro, Rio de Janeiro - RJ, 21615-210; - Av. Duque de Caxias, 950 - Deodoro, Rio de Janeiro - RJ, 21615-220;
- **5.2.1.3. CENTRO DE ADESTRAMENTO - LESTE (CA-LESTE)** - Av. Duque de Caxias, 950 - Deodoro, Rio de Janeiro - RJ, 21615-220;
- **5.2.2. CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL E FORTE DUQUE DE CAXIAS (CEP/FDC)** - Pç. Almirante Júlio de Noronha, s/n, Leme – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22010-020 - E-mail: salc.cep@gmail.com;
- **5.2.3. ODONTOCLÍNICA CENTRAL DO EXÉRCITO (OCEX)** - Rua Moncorvo Filho, nº 5, Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20211-340 - E-mail: planejamento.ocex@gmail.com.

5.3 Os serviços serão prestados em horário de expediente da contratante a ser combinado quando da assinatura do contrato ou instrumento que o substitua.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução do serviço são de responsabilidade da contratada.

Uniformes

5.5. Os empregados deverão estar devidamente uniformizados. Estes deverão conter a identificação da contratada.

5.6. Os uniformes deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Condições Gerais:

- 5.8. O serviço deverá ser realizado por profissionais capacitados, seguindo todas as normas de segurança vigentes (NR 18, NR 35 e outras aplicáveis).
- 5.9. A contratada deverá garantir que todos os componentes sejam instalados de forma firme e segura, respeitando o projeto técnico aprovado pela contratante.
- 5.10. Prazo para execução do serviço deverá ser estabelecido conforme cronograma previamente acordado com a contratante.
- 5.11. A instalação, montagem e desmontagem deverá ser realizada de forma a minimizar danos às estruturas e aos componentes removidos.
- 5.12. São critérios de aceitação e recebimento a conformidade com o projeto técnico apresentado pela contratante. e a verificação da estabilidade, nivelamento e acabamento adequa do após a instalação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto **em Anexo**.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Confeção e instalação parcial ou total dos itens contratados; e

7.4.2 Recebimento definitivo.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **de 10 (dez) dias**.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta apresentada pela contratada.

Cessão de Crédito

7.39. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.39.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.39.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.39.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.39.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.40. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

9.2. Em se tratando de contratação para registro de preços, adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será conforme planilha de composição de preços constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo** de 5% do **valor total estimado da contratação**.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante em Anexo deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos :

9.29.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.29.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s).

9.32.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.1.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Regime de Execução

9.41. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 1.288.346,33 (um milhão duzentos e oitenta e oito mil trezentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3.. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração em condições de representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.2. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.3. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.4. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.5. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.6. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

- 4.9. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.10. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.11. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.12. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 4.12.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 4.12.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 4.12.3. florestas plantadas; e
 - 4.12.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 4.13. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 4.13.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 4.13.2. Cópia dos Comproverantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
 - 4.13.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
 - 4.13.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 4.14. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 4.15. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 4.16. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 4.16.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
 - 4.16.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
 - 4.16.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
 - 4.16.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.17. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 4.18. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.19. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.19.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.19.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.20. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.21. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.22. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.23. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.24. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS HENRIQUE RODRIGUES BARROS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/07/2026 às 10:07:04.

Despacho: Aprovo o referido Termo de Referência por estar em acordo com a legislação vigente e atender as necessidades de divulgação e informação

FABRICIO SALGADO CARDINOT

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/07/2026 às 10:21:43.